A psicologia social como problema humano — uma síntese psico-histórica de seus primórdios*

ELIEZER SCHNEIDER**

A preocupação dos pioneiros da psicologia moderna em dar-lhe condição de disciplina científica obedecia às lições da história da ciência no que toca à pesquisa pura e desinteressada e resistência às aplicações prematuras. A psicologia social nasceu para atender a uma dominante e freqüente necessidade humana de compreensão e controle do problema de relacionamento, convívio e desentendimento sociais. Prevaleceu o apelo de N. Sanford para que a psicologia se voltasse para as questões práticas da vida social. Grandes temas de interesse teórico foram abordados experimentalmente e tentadas as soluções para alguns problemas sociais. Em vez da simples crença no instinto gregário humano, investigou-se experimentalmente as fontes do gregarismo. É relevada a interação do laboratório com a história atual como também com a história passada. O interesse de George Heuse, Gordon Allport, do autor, de McDavid e Harari, de Zajonc e outros, pela história da psicologia social, é de compreensão e explicação das mudanças e continuidades históricas e da influência das motivações e personalidades dos precursores antigos e contemporâneos da psicologia social moderna. É acentuado o prisma psico-histórico do amplo estudo de G. Allport sobre os fundamentos históricos (*historical backgrounds*) da psicologia social e sobre as motivações básicas e gerais do comportamento social humano.

A preocupação de uma expressiva corrente de psicólogos experimentais em se evitar o envolvimento e comprometimento da psicologia científica, pura e desinteressada, na prestação de serviços à sociedade, não revelava propriamente alienação ou vaidosa identificação com uma suposta aristocracia intelectual fechada e exclusiva. Todo estudo sistemático tem em suas origens envolventes problemas e interesses humanos motivadores da indagação curiosa e da investigação exploratória insistente. Foi e é por motivos práticos metodológicos e epistemológicos que se opta por cautelas preliminares a fim de se poder melhor servir posteriormente, a longo prazo. A psicologia prática e aplicada, de propósitos e procedimentos honestos e eticamente criteriosos, pode ter sido prematura e simplista em alguns casos apenas, e foi sempre resultante de pressões e solicita-

* Artigo apresentado à Redação em 14.8.84.
** Psicólogo; professor no Centro de Pós-Graduação do ISOP/FGV e na UFRJ. (Endereço do autor: Rua Senador Vergueiro, 81/503 — Flamengo — 22230 — Rio de Janeiro, RJ.)

ções institucionais (escolares, industriais, clínicas e administrativas). Por sua vez, a psicologia social não surgiu por capricho e arbítrio de quem quer que seja, mas sim por necessidade de compreensão e explicação de problemas e surpresas vivenciadas por sociólogos, economistas, políticos, filósofos, educadores, psicólogos e o homem comum na vida cotidiana. Conhecer, prever e controlar as ações e reações interpessoais, os atos espontâneos e impulsivos de indivíduos-grupos-coletividades e as respostas e conseqüências, só podem ter sido reações naturais e espontâneas no convívio humano, a partir de seus imagináveis primórdios. Mas, a partir de Galileu, para fins de maior fidedignidade e precisão, passou-se a regulamentar a busca e aquisição de conhecimentos por princípios lógicos, metodológicos, empíricos e sistemáticos mais efetivos e mais aceitáveis para o consenso geral. A valorização sócio-cultural crescente do saber científico instaurou na história moderna a depreciação da busca e aquisição de saber extracientífico, que continuaram a ser comportamentos correntes e imperativos, apesar da pouca validade oficial. Quando o processamento histórico tornou possível a abordagem científica da psicologia social, da natureza e conduta sociais humanas, passou-se a restringir e regulamentar oficialmente toda e qualquer aplicação prática e utilitária. Ainda na década de 60, opunha-se Kenneth Spence às tentativas de os psicólogos resolverem os problemas práticos por considerá-las prematuras em termos científicos. Contrastando com sua opinião, Nevitt Sanford (1965) proclamou publicamente a necessidade urgente de se partir para o estudo psicológico dos problemas humanos globais e significantes hodiernos. Fundamentado nos princípios do determinismo científico, contestou a suposição amplamente aceita de que se poderia chegar às complexidades da vida real, através da construção gradativa de conhecimentos, pelo estudo de variáveis simples em situações simples experimentalmente controláveis. Skinner (1971) e Staats & Staats (1973) voltaram-se decididamente para os fenômenos complexos, sem fugir do modelo metodológico científico-experimental. E a história da psicologia social experimental contemporânea é uma brilhante realização da viabilidade do estudo científico do comportamento humano complexo, social e superior.

Contudo, um velhíssimo problema continuou pendente: por que os seres humanos, que parecem tão propensos ao gregarismo, ao convívio amplo, são tão freqüentemente ferinos, incompatíveis e hostis uns com os outros? E, quanto a este gregarismo, paira a dúvida se expressa uma tendência natural, evolucionariamente programada ou se é função de contingências adaptativas em face de situações de insegurança e decorrentes ansiedades. É mera função de motivações pessoais, egoísticas ou também de motivações sociais, altruísticas?

Certamente, não há mais autores e pesquisadores hoje que pretendam simplificar este emaranhado de problemas e imprevistos, variações e constâncias que se multiplicam nas interações humanas. Permanece, porém, muito vivamente, a necessidade de observação, compreensão, explicação e controle do comportamento social humano. Descobrem-se e redescobrem-se, no pensamento antigo, medieval, clássico e moderno, brilhantes contribuições que muito sugerem como esclarecimento, mas que também aumentam as dúvidas e opiniões divergentes. Embora a questão seja eminentemente evolucionária e histórica, não deixou de se constituir em desafio aceito e enfrentado pela imaginação e criatividade dos psicólogos sociais experimentais.

Neste sentido orientou-se Stanley Schachter, em seus *Estudos experimentais das fontes de gregarismo,* subtítulo de seu livro *The psychology of affiliation* (Schachter, 1966). Tentou, preliminarmente, o isolamento social experimental de

cinco voluntários e entrevistou alguns prisioneiros punidos a confinamentos de três a cinco dias. Nervosismo e queixas sobre a alimentação, dos voluntários e prisioneiros respectivamente, foram os registros obtidos, nenhum "estado de necessidade social com uma coerência mínima, nem sequer um estado de sofrimento médio", concluindo Schachter que seriam necessários 10 a 14 dias para se produzir "o estado de necessidade social requerido", muito difícil de se obter em face das desistências que se sucederiam. Schachter desistiu assim de uma pesquisa de difícil realização, descobrindo com os dados preliminares que as primeiras e marcantes reações ao isolamento social eram de impaciência (nervosismo). Provavelmente, diante da monotonia e do tédio de um isolamento social combinado ou prescrito, mas em ambos os casos protegido socialmente, o medo, certamente dominante nos casos de isolamentos acidentais, estaria ausente, ou melhor, atenuado.

Ao perceber Schachter a importância da ansiedade nos casos extremos de isolamento social, expressa em autobiografias e outros dados, planejou outra abordagem, convicto de que, se o isolamento produzia ansiedade (com graus variados, segundo as diferentes personalidades), a ansiedade deveria conduzir a um aumento das tendências gregárias. Realizou, assim, uma pesquisa de problemas psicológicos altamente complexos, mas com notável controle das variáveis, no que se refere a indução de ansiedade e a preferências por companhias de pessoas emocionalmente sintonizadas. Para uma questão psicobiológica básica sobre a natureza do gregarismo humano, sua abordagem experimental foi um marco. O valor de sobrevivência e de reforçamento, da associação e cooperação entre os seres humanos, parece bastante evidente. Mas implicará esta evidência uma conotação interesseira e ansiosa do gregarismo? Exclui possíveis motivações básicas sócio-afetivas e altruísticas? As suposições intuitivas e especulativas sócio-biológicas, psicobiológicas e bioantropológicas diversificam-se hoje como ontem, nas propostas de Hobbes, Locke, Rousseau, Helvetius, Darwin, Freud, etc., sobre a natureza humana, reencontrando-se nas teses de K. Lorenz (1973), I. Eibl-Eibesfeldt (1970), Ashley Montagu (1956), Montagu e outros (1968; 1978), Skinner (1969), E. Morin (1975), S. Moscovici (1975), Ian Suttie (1960), E. Hess (1970), etc. No estudo comparado latitudinal e longitudinal da criança humana, releva-se o significado de sua dependência ontogenética do amparo vigilante, dedicado, afetuoso e habilidoso dos pais e familiares, como condição de sobrevivência e desenvolvimento do indivíduo e da espécie. Este amparo, maior ou menor e faltoso por vezes, foi e continua a ser geral no comportamento parental humano, ressalvando-se as exceções anormais de todos os tempos. É suficientemente óbvio o valor de sobrevivência da proteção e ternura parentais, que tantos ressaltam e tanto nós subscrevemos (Schneider, 1978). Mas não seria um valor apenas ego ou etnocêntrico que estaria em jogo. Abrange, necessariamente, a afetividade como variável motivacional, firmando-se com ela a conotação pró-social, altruística do gregarismo humano.

Zajonc (1969) cita as posições antagônicas de Darwin e Helvetius, mas opta neste seu livro pela análise dos estudos experimentais referentes à dependência e interdependência do comportamento entre indivíduos, no que tange à influência da competição, presença, "facilitação social", comunicação e reforçamento sociais, evitando a discussão sobre as questões da natureza humana, isto é, das motivações inatas e derivadas do comportamento social humano. O gregarismo é ampliado, assim, em seus múltiplos aspectos, sem diminuir, porém, a importância da problemática evolucionária e da aprendizagem sócio-cultural que Zajonc também destaca ao citar Darwin, Helvetius e Wynne-Edwards. O pri-

meiro acentua o caráter herdado da sociabilidade humana, o segundo seu caráter imposto em mandamentos e leis e o terceiro lembrando "que a socialização é um fenômeno geral, que sofreu uma evolução progressiva, a partir de um início mínimo e obscuro, até os grupos mais avançados. No decorrer desta evolução tornou-se mais conspícuo e complexo" (Zajonc, 1969, p. 12-3). Muito esclarece e propõe o estudo da história natural e da história social humana, bem como a observação de campo, sistemática e comparativa. Contudo, sempre que possível, o experimento pode ampliar e aprofundar o conhecimento cobiçado e aproximado intuitivamente, especulativamente, imaginativamente, hipoteticamente ou racionalmente. Dirigindo-se aos humanistas, observou o humanista George Humprey (Humprey & Argyle, 1962, p. 3) que o experimento é até certo ponto o controle da própria opinião sobre a natureza, em confronto com a própria natureza. Elliott Aronson afirma a premissa do gregarismo humano em um livro de psicologia social com o título *O animal social* e o subtítulo Introdução ao estudo do comportamento humano (Aronson, 1979). Destaca, porém, o método experimental como o melhor caminho para a compreensão de um fenômeno complexo, humano e social. Nem por isto subestima, ao contrário, as janelas abertas "através das quais possa ver o mundo", funcionando em ambas as direções, do laboratório para a vida cotidiana e vice-versa. Neste sentido, enriquece seu livro com histórias de casos que harmonizam perfeitamente com sua perspectiva experimental, realçando a influência mútua entre os indivíduos e das situações sociais sobre o comportamento das pessoas.

Mas as janelas para a história, a casuística e as notícias contemporâneas não são suficientes para o conhecimento mais completo ou mais próximo das predisposições e disposições positivas, negativas e neutras das pessoas com as pessoas, suas instituições, seus valores e suas ações. Precisamos também de janelas abertas para o passado até o presente, isto é, para o estudo do processamento histórico da experiência humana, para a pesquisa do pensamento e comportamento sociais através do tempo e, conseqüentemente, do processo ensino-aprendizagem entre as gerações sucessivas, das constâncias e mudanças, continuidades e descontinuidades, dos progressos e retrocessos, conservações e inovações, reformas e revoluções da biografia humana, desde os mais remotos primórdios, inclusive de seus ancestrais pré-humanos. Os registros paleontológicos, porém, dizem muito pouco e os arqueológicos pouco mais. São significativos, sem dúvida, e permitem comparações e inferências esclarecedoras, à luz do que se conhece das culturas pré-letradas e tecnológicas contemporâneas, com suas uniformidades e variedades de crenças, atitudes e condutas sociais. Todavia, sendo as fontes históricas registradas as mais informativas e ilustrativas, merecem menção os trabalhos de alguns psicólogos que souberam investigar, classificar e interpretar essas fontes formadoras de cultura e tradição, mas com espírito crítico e indagador.

George A. Heuse (1954), examinando a psicologia social sob o prisma de seu objeto, divide-a em fases históricas que refletem mais a evolução e expansão da cultura em geral do que especificamente a influência dessas fases. Na primeira fase, a filosófica, Heuse aponta os filósofos sofistas que escreveram sobre moral, política, costumes e opinião pública, em termos psicossociais. Platão é lembrado por propor, em sua *A República,* uma reorganização social com o devido aproveitamento das capacidades e Aristóteles por ter precisado as diferenças individuais. Os estóicos já classificavam os sentimentos em egoístas e sociais e introduziam o conceito de alma coletiva, enquanto os epicuristas anunciavam o princípio do contrato social, de significação nitidamente utilitária-racionalista.

Encontrava também preceitos psicossociais no confucionismo e no taoísmo e a doutrina expressa do contrato social no *Maha bharata* dos hindus. Destaca Thomas Hobbes no século XVII e sua qualificação por G. Murphy como o primeiro psicólogo social da história. É a Vico, porém, que dá o papel mais relevante, como precursor direto da psicologia social. Menciona ainda, entre os filósofos sociais voltados para a interpretação psicossocial da sociedade e do comportamento humano, Rousseau, Condorcet, Herder, Hegel, Saint-Simon, Comte, vários filósofos moralistas, Helvetius, Hume e William Godwin como o fundador da psicologia política, no século XVIII, além de outros nomes mais recentes. A contribuição de G. Heuse tornou-se mais marcante por sua classificação histórica da psicologia social em fases, sucedendo-se à filosófica as fases que denominou de etnopsicológica, da psicologia coletiva, instintivista, mesológica e experimental, destacando em seguida a influência dos métodos estatísticos mormente nas pesquisas de opinião e atitudes, da psicologia animal e suas implicações comparativas limitadas, mas significativas, e da psicologia da infância. Quanto a esta, ignora estranhamente o muito que ofereceu no estudo da socialização e do desenvolvimento social da criança, para mencionar apenas a importância do método dos testes empregados amplamente no estudo da infância.

Realçamos, em Heuse, sua visão psico-histórica, muito mais que a cobertura histórica e a precisão com que associa e relaciona certos nomes com doutrinas e fases. Assim, conclui a análise da fase filosófica relacionando imprecisamente Baldwin e Cooley a Bentham, os Mills, Spencer — que chama indiscriminadamente de utilitaristas. A fase etnopsicológica se processa principalmente na Alemanha, com Herbart, que escreve uma psicologia metafísica mas também voltada para os fatos, a quantificação e a experimentação, propostas que coincidiram com os primeiros trabalhos laboratoriais de Weber e Fechner pouco depois, ainda na primeira metade e na primeira década subseqüente, do século passado. Herbart, segundo a citação de Heuse, considerava objeto da psicologia não só o estudo da percepção interna, mas também o intercâmbio entre os homens, certamente de percepções, idéias, conhecimentos, desejos, sentimentos e tudo o mais que se entende geralmente por psicologia, que considerava incompleta enquanto limitada ao indivíduo isolado. Trata-se, já no início do século XIX, de um direcionamento social de grande parte da psicologia. Neste sentido, aponta Heuse os seguidores da escola de Herbart mais voltados para a antropologia, certamente ainda na ampla acepção kantiana, como Th. Waitz, autor do primeiro volume de um tratado de antropologia dos povos naturais (primitivos), em que desenvolveu suas concepções etnopsicológicas, buscando e encontrando as características psicológicas humanas na religião e na linguagem. Waitz também investigou dados craniométricos comparados, para concluir que era o meio físico e social que determinava as diferenças psíquicas raciais, as variações etnopsíquicas nos termos de Heuse. Lazarus e Steinthal são os dois etnopsicólogos da escola herbartiana que, através de estudos antropológicos e lingüísticos, merecem a destacada posição histórica, que lhes atribui Heuse nos primórdios do pensamento psicossocial moderno. Tais méritos aumentam com a compreensão que já então alcançavam da psicologia, que deveria ser, para as ciências sociais e sobretudo para a história, o que a fisiologia e a física já eram e são para as ciências da natureza. Antecipando uma tendência crescente atual, entendiam que a psicologia podia explicar todos os fatos sociais no presente, devendo ser aplicada à história para facilitar sua melhor compreensão (*sic.*). Deixavam vagas, porém, as noções de espírito coletivo e consciência nacional, bem como do Estado em que se estruturariam como objeto próprio e prioritário

da psicologia social. Entre as muitas proposições psicossociais de Lazarus e Steinthal, Heuse soube discernir a importância da distinção que faziam de duas abordagens: a dos indivíduos agindo sobre o espírito coletivo e deste sobre os indivíduos. Ao invés da polarização indivíduo *versus* sociedade, ou indivíduo e grupo, distorção a que tantos psicólogos e sociólogos têm-se entregado depois de Lazarus e Steinthal até o presente, é o comportamento social dos indivíduos que processava o comportamento coletivo e este, no mesmo processo, envolve e coordena os comportamentos individuais. Em termos hodiernos, podem-se traduzir as inferências desses pioneiros de uma origem comum de duas disciplinas biossociais, a psicologia e a antropologia.

Era uma ciência intermediária, a psicologia social, que Lazarus e Steinthal criavam com a denominação de psicologia dos povos (*volkerpsychologie*), baseada em registros e informações histórico-geográfico-culturais. Escapando melhor do envolvimento metafísico com que o princípio da alma coletiva contagiara os precursores herbartianos, Wilhelm Wundt, o eminente fisiologista que criara o primeiro laboratório de psicologia experimental, à qual se dedicou toda a vida, prossegue a tradição da psicologia dos povos, que separava da psicologia fisiológica por motivos metodológicos e epistemológicos. Hoje, acreditam, cada vez mais e muitos mais, na ponte experimental que liga a psicologia fisiológica, através da psicologia da aprendizagem, motivação, emoção, percepção, personalidade e cognição até a psicologia social. Mas admite-se também que as adjacências e extensões do lado moral, social, cultural e macrossocial da ponte sejam estudadas por todas as possíveis abordagens não-experimentais, embora válidas também. Destaca Heuse, na *Psicologia dos povos* de W. Wundt, três objetivos principais: história psicológica da cultura, teoria da alma coletiva e origens do comportamento social. Como parece evidente, a ênfase histórica na fonte dos estudos, como a anamnese e a etiologia clínicas no diagnóstico médico e o histórico pessoal, exames anteriores, fichas cumulativas escolares e também a anamnese psicológica, é o adequado embasamento e a melhor informação inicial do psicodiagnóstico. De fato, Wundt fora além deste recurso histórico restrito porque fez psico-história, isto é, análise psicológica, descrição, comparação e interpretação de costumes, idiomas, religiões, códigos, organização política, comportamento de povos enfim, de que se informara no estudo de filósofos, historiadores e etnólogos. Não fez observações diretas em pesquisas e estágios de campo, merecendo por isto a crítica de Heuse. Mas Wundt não pretendeu fazer etnografia e sim tentar compreender panoramicamente, no tempo e no espaço, como e por que se formavam culturas, identidades étnicas e padrões de conduta social. O estudo de campo, direto, contínuo, duradouro e naturalista, foi conquista metodológica mais recente que poderia ter enriquecido o conteúdo de um tratado de psicologia dos povos. Nada acrescentaria, porém, quanto ao objetivo principal: as origens, a história e a evolução de processos, controles e cristalizações sócio-culturais.

A fase da psicologia coletiva, em que se admitia uma consciência coletiva e a mentalidade primitiva, foi eminentemente francesa e dominante na última década do século passado, segundo o estudo de Heuse. Hegel, Herbart e principalmente Lazarus e Steinthal teriam exercido alguma influência na sugestão de idéias e na revisão crítica que a experiência e o confronto de doutrinas proporcionavam com o tempo ou o processo ensino-aprendizagem intergerações. Percebiam-se então os limites para qualquer generalização com dados indiretos e restritos a povos primitivos. A terceira fase de Heuse se iniciava, efetivamente,

com Gustavo Le Bon e sua psicologia das multidões, Gabriel Tarde e suas leis da imitação, Levy-Bruhl e a mentalidade primitiva, Émile Durkheim e a noção de representação coletiva e Scipio Sighele com sua obra sobre a multidão criminosa. Le Bon recorria a conceitos como o de inconsciente coletivo, étnico, integrando indivíduos na "multidão psicológica" mais sensível nos fenômenos de contágio da sugestão, irritabilidade e instintividade, falhando a função representativa dos indivíduos e aumentando ou diminuindo a afetiva, respectivamente, na multidão heróica ou criminosa. Entre outros méritos, apesar do preconceito tendencioso que manifestava para com os movimentos populares, Le Bon soube reconhecer e ressaltar o fenômeno do comportamento coletivo *sui generis,* que foi e fez história revolucionária, a partir da Revolução Francesa. Acertando e errando, acertou bem Le Bon ao aplicar conceitos psicológicos na descrição e explicação das ações e interações de pluralidades de indivíduos reunidos e liderados. O mérito de Heuse, ao referir-se a Le Bon, está em reconhecer seu papel na origem da psicologia social moderna, apesar das restrições procedentes que lhe faz, principalmente a de que não soube definir seu conceito de "alma coletiva" como categoria distinta dos psiquismos individuais que a compõem.

A sociologia interpsicológica de G. Tarde representaria uma reação altamente positiva e útil por contrapor-se às disposições "reificantes" e enganosas remanescentes de delírios metafísicos das almas coletivas e índoles nacionais. Imitação e conflitos de imitação com oposições, invenções e adaptações seriam os conceitos básicos para a explicação dos fenômenos sociais sem místicas ou mitos. Mesmo ignorando a coerção ou constrangimento que Durkheim destacava, Tarde conseguiu relacionar as influências interindividuais simples com os processos complexos e macrossociais, superando as dicotomias e polarizações entre indivíduo e sociedade. Heuse rejeita em Tarde o reducionismo das representações coletivas às individuais, das instituições a seus membros pessoais e ao uso sistemático e amplo da imitação, como conceito explicativo geral. Hoje talvez não seriam tão criticáveis essas reduções de Tarde, pois parece desnecessário e "reificador" pensar-se em psicologia coletiva, sem explicá-la com os princípios da aprendizagem social, socialização, modelação, uniformização e reforçamento social dos comportamentos individuais. Levy-Bruhl e sua suposição da mentalidade pré-lógica do homem primitivo são objetos de severa crítica de Heuse, que no entanto, reconhece o animismo, antropomorfismo, sociomorfismo, etc., apontados por Levy-Bruhl nos protocivilizados, em confronto com os povos letrados. As implicações racistas da suposta mentalidade pré-lógica dos povos primitivos anulam-se, contudo, diante dos fatores histórico-culturais da ingenuidade primitiva e do fato de haver apenas uma espécie humana sobre a face da Terra.

Durkheim é lembrado por Heuse por sua oposição ao psicologismo de Tarde e à explicação dos fatos sociais pela psicologia e ao propor uma representação coletiva distinta e independente das representações individuais, o que significa a emergência de uma sociopsicologia supra-individual. Estranhamente, Heuse, que criticara em Tarde o ter omitido a instituição na formação social do indivíduo (função derivada, aliás, em sua ênfase na imitação), nada objeta contra o emergentismo insustentável de Durkheim, que, no entanto, influiu na história da psicologia social moderna pela concepção que desenvolveu de uma psicologia coletiva sociológica. Para Heuse, S. Sighele estaria mais próximo de Tarde ao considerar que a multidão se torna criminosa quando contivesse uma certa proporção de indivíduos criminosos, não por uma regressão ao inconsciente coletivo e seu primitivismo de alta sugestibilidade e suposta belicosidade. Heuse

lembra ainda a influência de Alfred Espinas sobre Tarde com sua obra sobre as sociedades animais e dos trabalhos sobre hipnotismo e sugestão da Escola de Nancy (Liebeault e Bernheim) e nos estudos sobre a psicologia das massas de Le Bon e Sighele. Fazendo história da psicologia social, Heuse também fez psicologia da história do pensamento psicossocial publicando seu livro, de modo muito especial, como significativa ilustração. Lembra ainda E. A. Ross como o primeiro professor universitário de psicologia social, na Universidade de Stanford, em 1899, autor de um livro de psicologia social em 1908, em que retoma e retifica as doutrinas de Tarde e Le Bon, oficializando a disciplina em uma destacada instituição acadêmica norte-americana. Cabe lembrar ainda que Ed. Ross era sociólogo e, como tal, ao lado de muitos outros sociólogos, compreendia a necessidade e conveniência da explicação psicológica (não metafísica e subjetivista) dos processos sociais, o que não exclui a explicação social de processos psíquicos.

A quarta fase da história psico-histórica de Heuse é a que denomina de instintivista. Era a psicologia social de W. McDougall, que, voltando-se para o estudo da personalidade, ia buscar nos instintos os motivadores primários do gregarismo humano. Com sua *Introdução à psicologia social* (1908), McDougall exerceu grande influência durante a década seguinte, revivendo a noção de psicologia coletiva, no livro que publicou em 1920 sobre a mente de grupo. Também Freud (1965), escreve sobre psicologia de grupo mas sem "reificação" extra-individual. Críticas foram-se acumulando contra o instintivismo, que entrou em crise principalmente após a obra de Luther Bernard, de 1924, que somou cerca de 6 mil supostos instintos humanos em 400 trabalhos sobre instinto, segundo informa Heuse, que relaciona vários artigos de análise crítica publicados em revistas psicológicas científicas, entre 1919 e 1921. Muito contribuíram ainda para o declínio do instintivismo as demonstrações de Dunlap e Watson sobre a influência do meio social em supostos determinantes instintivos, bem como os estudos antropológicos, da década de 20, que tanto evidenciaram o determinismo cultural no comportamento humano variável e relativo nos seus diversos nichos regionais.

Segue-se para Heuse a fase mesológica (numa autêntica dialética da aprendizagem histórica) de drástica oposição ao instintivismo. Às ricas posições ambientalistas clássicas, somavam-se as revolucionárias contribuições científicas reflexológicas e behavioristas, que repercutiram na psicologia social das décadas de 20 e 30, com os trabalhos de F. H. Allport, Kimball Young e L. L. Bernard, mencionados por Heuse como seus principais representantes. São claras e relevantes socialmente as implicações práticas sócio-político-econômicas do neomesologismo, acentuando a responsabilidade de todas as lideranças de todos os escalões, de todos os planejadores e agentes institucionais, dos pais e educadores em geral, contra a maré liberal-individualista e darwinista social da responsabilidade pessoal, independentemente e acima dos desfavores e obstáculos ambientais em matéria de ajustamento, sucesso, acesso, ambição, realização, vontade, obstinação, habilitação, oportunidades e até mesmo a sorte e o acaso. Com certo ecletismo, admite "o valor cognitivo da introspecção" mas realça o "behaviorismo não como doutrina exclusiva e sim como um dos meios próprios para se atingir a realidade psicossocial". Chocou a vaidade humana e o narcisismo de muitos, talvez, acreditamos nós, como o quarto grande golpe no orgulho antropocêntrico humano, após a queda do geocentrismo, o florescimento do evolucionismo e as evidências freudianas do freqüente irracionalismo humano. O neobehaviorismo

principalmente — que reuniu as fontes e correntes que afluíam do pragmatismo funcionalista e da obra de Pavlov, Bechterev, Thorndike, Watson, F. H. Allport, Hull, Sears, Skinner, etc. — ressalta a dependência humana do meio ambiente físico-social, ao longo de toda a existência e não apenas na infância, inclusive quando reconhece as possibilidades da liberdade, vontade e dos méritos pessoais.

A fase experimental que marca o presente e o futuro "e provavelmente como a fase última da evolução da psicologia social", consoante as palavras de Heuse, passou a ser ampliada e enriquecida mais recentemente com os estudos de campo e as observações diretas naturalistas, sistemáticas e empíricas, mas não exclusiva nem necessariamente experimentais, mormente com a abordagem comparativa histórica e geográfica. A fase experimental tem sido extraordinariamente engenhosa, brilhante e fecunda mas não suficientemente abrangente, impondo-se hoje o estudo direto do laboratório social humano, de seu meio histórico-cultural que tanto definiram os trabalhos científicos de astrônomos, botânicos, zoólogos e outros especialistas na observação da natureza, a observação, comparação e interpretação do próprio meio e seu processamento histórico-social como vêm procedendo os historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e cientistas políticos desde que se iniciaram os estudos sociais sistemáticos. Muitos historiadores, em geral, e os psicólogos historiadores, em particular, souberam evoluir além da narrativa e reprodução de documentos e registros dos atos e das realizações de indivíduos, grupos e coletividades, para o estudo de suas origens e variações, semelhanças e diferenças, continuidades e mudanças, crises e recuperações, guerras e emigrações, aspectos relevantes da existência e conduta, bastante informativos e esclarecedores que a reflexão psicológica muito ajuda a compreender.

Ao fazer história da psicologia, o psicólogo historiador, a começar por Edwin Boring (1957), não pode deixar de analisar as preocupações, motivações, personalidades e o *ort* e *zeitgeist* dos personagens. Não escapam à regra John McDavid e Herbert Harari, na introdução histórica da obra *Social psychology — individuals, groups, societies* (McDavid & Harari, 1968). Lembram que a psicologia social moderna não trata de problemas e questões novos e originais, pois suas questões básicas têm afligido os seres humanos de longa data, conforme os mais remotos registros históricos comprovam. Os profetas do Antigo Testamento já se preocupavam "com a importância da reciprocidade na interação humana". Códigos como o de Hamurabi, em tempos ainda mais distantes, antecipavam a doutrina do contrato social sugerida posteriormente em *A República* de Platão e proposta no século XVIII por Rousseau. A origem dos sistemas sociais organizados também é preocupação antiga muito bem expressa na citada obra de Platão, bem como na de Aristóteles (*Politika*) e em diversos textos orientais. Partindo de um princípio utilitário e racional que continua hoje a ser sustentado, Platão afirmava que por conhecer sua fragilidade individual associava-se o homem socialmente. Aristóteles não negava a condição de insuficiência do indivíduo, mas buscava em sua natureza de animal político (social) as tendências básicas de seu gregarismo, antecipando-se assim à perspectiva naturalista moderna. As grandes questões políticas e sociais culminam nos grandes debates filosóficos do século XVII, surgindo novas questões e proposições com a Reforma Protestante, a Revolução Francesa e a colonização do Novo Mundo. A esses episódios históricos, associam McDavid e Harari as concepções de Locke, Hobbes, Rousseau e Bentham no que se encontram de comum, a crença na supremacia da racionalidade humana sobre suas emoções no que se refere à organização social volun-

tária, intencional. Este intencionalismo social é renovado com a teoria darwiniana da evolução e da sobrevivência dos mais aptos, reformulando-se o utilitarismo sobre bases biológicas, com a aplicação da concepção evolucionista, do valor de sobrevivência, à organização social. As raízes da psicologia social moderna e de seu desenvolvimento maior nos EUA seriam, para McDavid e Harari, as tradições científico-naturais, democráticas e utilitárias relevantes na formação do contexto intelectual e do clima político-econômico e filosófico (ideológico), segundo as palavras desses autores. O psicólogo historiador, até mesmo por fazer psico-história, não pode ignorar a influência dos fatores ambientais histórico-sócio-culturais sobre as correntes de pensamento e estudo e as posturas assumidas por pessoas destacadas na liderança acadêmica. O papel e desempenho de indivíduos talentosos, produtivos, atuantes, liderantes, não podem ser ignorados nem sequer ser subestimados. Mas como negar ou também subestimar a influência das oportunidades, dificuldades, modelações e experiências da história desses indivíduos influentes em seus meios ambientais, na formação de seus sentimentos, motivações, atitudes, hábitos, desenvolvimento e ajustamentos sociais? Como ignorar a influência ambiental na influência sobre o ambiente exercida pelos "grandes homens"? Como ignorar o que se sabe hoje com psicologia do desenvolvimento, social, aprendizagem e personalidade, bem como de antropologia cultural e social?

Robert Zajonc, psicólogo social experimental, formulou uma interessante questão que ele mesmo solucionou convincentemente (Zajonc, 1969): cálculos astronômicos de alta precisão começaram a ser feitos cerca de 250 a.C., após a sistematização da geometria por Euclides, aproximadamente em 300 a.C.; a velocidade da luz foi medida em 1675 por Ole Romer recorrendo ao telescópio inventado por Galileu em 1609 e aperfeiçoado pelo Pe. Scheiner, em 1630. A velocidade do influxo nervoso foi medida por Helmholtz em 1850, tendo como ponto de partida a descoberta de Galvani sobre as propriedades elétricas da transmissão neural, em 1790. Sempre a aprendizagem e as descobertas anteriores servindo para os aperfeiçoamentos e progressos seguintes na evolução sócio-cultural e do saber. Como explicar, porém, que o primeiro experimento psicossocial só tenha sido realizado em 1897 por Triplett, se questões psicossociológicas sempre foram propostas na sociedade humana, que desde suas origens dispunha das mesmas condições empregadas por Triplett em sua medida experimental? Triplett verificara que atletas aumentavam a velocidade ao competirem, comparada com a obtida ao treinarem isoladamente. Com estes dados confirmados em observações casuais, Triplett planejou e realizou um experimento que, segundo Zajonc, poderia ter sido realizado há 4 mil anos, com os mesmos recursos, isto é: a) pessoas que trabalhassem isoladas ou em grupo sob observação; b) uma tarefa que pudesse ser desempenhada nas duas condições; c) um meio de contar as unidades de trabalho nessa tarefa por unidade de tempo (Zajonc, 1969). Triplett avaliou a velocidade com que meninos previamente instruídos e escolhidos enrolavam os carretéis de varas de pescar atuando a sós ou em competição. No Egito faraônico ou na Suméria, ainda antes, tarefas equivalentes poderiam ter sido executadas e medidas, sob controle experimental e quantitativo, se os antigos estudiosos da conduta humana se questionassem sobre o comportamento social humano e tentassem resolver suas questões. E, como a interdependência humana foi sempre conhecida e reconhecida, em todas as atividades gregárias dos primeiros agrupamentos homínidas, sofisticados com as habilidades e aptidões do *Homo sapiens,* devemos concordar com Zajonc que as mais arcaicas leis escritas reve-

lam que os antigos se preocupavam com os problemas de inter-relações humanas. "O Código de Hamurabi e o Antigo Testamento tentaram regulamentar as relações interpessoais que eram fonte de problemas para a sociedade. Sete dos dez mandamentos se referem, explicitamente, a regras de conduta interpessoal" (Zajonc, 1969, p. 6). Propondo questões sobre condições antecedentes e suas conseqüências, propunha o homem questões científicas. Ao regulamentar o comportamento social dos indivíduos e grupos, os agentes sociais com poder de controle sabiam que conseqüências desejavam evitar e quais promover. A experimentação não se ensaiava simplesmente porque os controladores sociais determinavam o comportamento através de leis, costumes, ritos, religião e etiqueta. Explicava-se e previa-se assim o comportamento social porque este era devidamente regulamentado, dirigido, controlado enfim, conseguindo-se uniformidade e constância no comportamento dos membros de cada sociedade. Mas, conclui Zajonc, lei, religião, costumes e etiquetas deixaram de controlar e oferecer explicações satisfatórias, com as revoluções culturais da Reforma e, podemos acrescentar, da Renascença, das Revoluções mercantil e industrial, geográfica, da Idade das Luzes ou ilustração, o iluminismo e o liberalismo. Implantando-se a heterogeneidade, complexidade e imprevisibilidade no comportamento humano, as antigas agências, instituições e tradições controladoras deixavam de determinar o comportamento da maioria das pessoas. "Das cinzas do sistema feudal, e nos alicerces da revolução burguesa industrial, surge a liberdade do controle institucional em muitas áreas do comportamento social (...). Tornou-se mais difícil explicar e prever o comportamento social." Nesta mesma ordem de idéias, Zajonc chama de clichê a afirmação de que o homem é um animal social, pois desta condição de uma suposta natureza social do homem, este estaria dotado de tendências à solidariedade e ao altruísmo, conforme pensava Darwin. Zajonc prefere subscrever, porém, o pensamento de Helvetius, 60 anos antes de Darwin, citando seus argumentos contrários à tese da natureza inata da sociabilidade porque esta é exigida por mandamentos e leis, enquanto nenhuma lei se faz necessária para obrigar o homem a comer e a beber quando tem fome e sede e manter as mãos afastadas do fogo (Zajonc, 1969, p. 12). O que se deriva das posições de Helvetius e Zajonc é que o homem depende muito menos de sua natureza e muito mais de sua sociedade. Em outros termos, perdendo as instituições e agências sociais o poder de controle sobre os indivíduos que se tornavam mais livres, mais informados, mais críticos e mais independentes econômica e politicamente, tornavam-se também mais imprevisíveis e menos controláveis. Multiplicaram-se, assim, as características e facetas novas, dos indivíduos e grupos, impondo-se elas como desafio à curiosidade humana e por vezes, para as instituições vigentes, como ameaça à paz e ao entendimento sociais. E, tornando-se maior e mais desafiador, na era da pesquisa científica, este desafio passou a ser estudado também experimentalmente, consoante as regras da lógica e metodologia da ciência, com êxito relativo em muitos casos, mas significativo em muitos outros. O ser humano em relação ao seu congênere é tema para múltiplas abordagens, entre as quais as científico-experimentais e as psico-históricas. Não se deve nem se pode vetar nenhuma e muito menos estigmatizar-se qualquer delas como "cientificista" ou como anticientífica.

Estudo histórico mais amplo e considerado um clássico da psicologia social, é o de Gordon W. Allport (1968), escrito em 1954 e revisto para a segunda

edição em 1968. A constância e atualidade de um tema antiqüíssimo, como o da "natureza social do homem", já são suficientes razões para o estudo da história da psicologia social, que se justifica assim, segundo Allport, porque mostra "the relevance of historical backgrounds to present-day foregrounds". São os tópicos de interesse atual esclarecidos no passado que merecem maior estudo e reflexão. Emergências e rupturas nacionais e sociais, duas grandes guerras mundiais, genocídios, a ameaça atômica mobilizaram todas as ciências sociais, propondo várias questões especiais para a psicologia social. Entre elas, destaca Allport as seguintes: como é possível preservar os valores da liberdade e dos direitos individuais sob as condições de crescentes tensões e arregimentação social? Pode a ciência oferecer uma resposta? Estes desafios suscitaram um grande esforço criativo de pesquisa para a compreensão dos fenômenos da liderança, opinião pública, boato, propaganda, preconceito, mudança de atitude, moral, comunicação, tomada de decisão, relações raciais e conflitos de valores. A posição dos EUA no cenário político-econômico mundial, sua composição populacional pluricultural e multiétnica e sua tradição pragmática e meliorista, além dos recursos maiores e maior desenvolvimento e expansão do sistema universitário, explicariam por que, particularmente a psicologia social, teria encontrado, lá, solo mais fértil para o extraordinário crescimento que a renovou e fortaleceu, bem como das disciplinas relacionadas. Apesar de todo este progresso, porém, os desenvolvimentos tecnológicos estão perigosamente muito adiante das ciências sociais. "O homem pode mudar a matéria em energia mas não pode ainda controlar socialmente a energia que cria." Com esta sentença, sugere G. W. Allport que o poderio tecnológico está sob o domínio de criaturas inaptas e imaturas no relacionamento e convívio mútuos, preconceituosas e prevenidas, desconfiadas e ressentidas, dúplices e simuladas na interação e comunicação correntes, podemos acrescentar, conforme a observação seguinte com que completa o raciocínio anterior: "Se a ciência social, sob apropriada orientação ética, pode eventualmente reduzir ou eliminar o hiato cultural, pode muito bem ser uma questão de que o destino humano depende" (Allport, 1968, p. 23). A inferência a se derivar da posição de Allport é insofismável: são as ciências humanas, biopsicossociais, que devem ser consideradas prioritárias, não as da tecnologia físico-química. Estas últimas — que trazem tanto conforto, poder, comunicação e recreação — estão destruindo o meio ambiente físico e ameaçando a sobrevivência humana com suas conquistas industriais bélicas fatais e finais, não podem seus controladores (humanos) continuar a ignorar o homem. A humanidade na ânsia pelo poder.

Expressa Allport a opinião predominante ao afirmar que não havia limites marcantes entre a psicologia social e as outras ciências sociais, sendo em muitos aspectos indistinguível da psicologia geral. Também expressa a opinião geral ao definir a psicologia social como "uma tentativa de se compreender e explicar como o pensamento, sentimento e comportamento dos indivíduos são influenciados pela presença real, imaginada ou implicada de outros". É muito provável que na sociedade humana sempre se procurou compreender e explicar estas influências sociais. A história se comprova e Allport começa com *A República*, onde Platão escreveu que os Estados têm por origem a falta de auto-suficiência do indivíduo que necessita da ajuda de muitos, resultando em governos que refletem o predomínio de certos sentimentos sociais. À aristocracia ideal (governo

dos sábios, utópicos) sucedem-se, assim, a timocracia, a oligarquia, a democracia e a tirania, enfim, que Platão considerava a mais baixa das soberanias, resultante do excesso de liberdade engendrada pela democracia. Formulava-se, nesses termos, a teoria racional e utilitária do contrato social para a explicação da origem do gregarismo organizado e hierarquizado. Mas era com o conceito psicológico dos sentimentos individuais que Platão explicava o processo macrossocial, propondo um controle social justo e sábio, mas reconhecendo sua deterioração por força de sentimentos humanos em torno do poder, da cobiça, da liberdade e do egoísmo e abuso do poder (tirania). Em Aristóteles, a explicação do gregarismo humano é buscada em raízes mais profundas e primárias, no seu *zoon politikon*, que destaca o determinismo natural biopsicológico do animal instintivamente social. Também por um princípio basicamente psicológico optava Aristóteles pela democracia: o das diferenças individuais e da vantagem do consenso de todos sobre a homogeneidade de uma elite.

Augusto Comte, que não inclui a psicologia no seu quadro geral das ciências abstratas, descobre, no entanto, a psicologia social, na formulação da sua "ciência final verdadeira", a moral, segundo Allport, que lembra a lei dos três estágios com os quais emergiram gradualmente as ciências positivas. Encontramos em Comte uma explicação psicológica, intelectualista, do progresso, muito criticada por sua ênfase unilateral, mas que não pode ser ignorada pelo prisma psico-histórico atual: a experiência humana acumulada, registrada e modificada de geração em geração, constitui um processo ensino-aprendizagem e pesquisa de irradiação macrossocial. Partindo dos dados da história geral e paralelamente da história do conhecimento em particular, Comte verificou o caráter geral das fases e de suas mudanças no tempo e espaço ocidentais: estágios teológico, metafísico e positivo. Era o progresso do entendimento humano, partindo da credulidade e fantasia primitivas para a racionalidade especulativa desordenada, metafísica e alcançando a ordem, lógica e empírica, positiva, crítica e indagativa. O pensar sobre o pensamento, o sentimento, as crenças e divergências é uma ocupação psicológica necessariamente interdisciplinar. Comte excluiu a psicologia metafísica e teológica, de seu tempo, do quadro das ciências abstratas, integrando-a entre a biologia, a sociologia e a moral, conforme a ilustração adaptada por Allport (1968, p. 7)). Antecipou-se, porém, à psicologia empírica posterior a seu tempo, na concepção do progresso intelectual e social.

Allport concluiu seu estudo sobre a contribuição psicossocial de Comte observando que, apesar de ultrapassadas, suas classificações demonstram que os problemas cruciais de hoje eram também problemas cruciais no passado, concluindo que as soluções que alcançarmos hoje serão mais completas se tomarmos em conta as soluções oferecidas por nossos predecessores. Relaciona, assim, entre as grandes teorias que se sucedem e ressurgem com outros nomes, como "abre-te sésamos" psicológicos favoritos, os seguintes: prazer-dor, egoísmo, simpatia, gregarismo, imitação e sugestão. As duas primeiras obras de psicologia social publicadas em 1908 expressam, respectivamente, as doutrinas dominantes na época: a da imitação-sugestão e a do instinto. A primeira obra, do sociólogo Edward Ross, reunia as principais contribuições psicossociais da época, mormente de Gabriel Tarde e Gustave Le Bon; a segunda, de William McDougall, refletia e aplicava o conceito de instinto gregário de Darwin que, ao lado de outros "motores primários do comportamento", sujeitos ao processo educativo social,

formavam os sentimentos diversos do homem em sociedade. McDougall, com os conceitos de instinto e motivação primária *(the prime movers of human behavoir)* transformados pela educação e aprendizagem sociais, integra na psicologia social moderna o pensamento naturalista e sociológico. "O hedonismo psicológico" de fontes gregas antigas foi retomado sistematicamente por Jeremy Bentham (1748-1832), que, na sua versão do princípio da utilidade e do "cálculo hedônico", fez nova síntese do utilitarismo com o racionalismo. Sua proclamação de que nossos senhores soberanos são a dor e o prazer dimensionava uma escala afetivo-motivacional muito próxima dos princípios do prazer, de Freud, e do reforço, de Skinner. O hedonismo, em seus aspectos essenciais e não-finalistas, foi adotado e reformulado por outros grandes nomes no passado (J. S. Mill e Herbert Spencer) e no presente (P. T. Young, D. McClelland, etc.). Está implícito em teorias menores mais recentes, como a teoria da troca e a doutrina do *Homo economicus.*

O egoísmo e o poder, como impulsos dominantes no comportamento social humano, também têm origens antigas recebendo grande destaque na obra *Leviathan*, de 1651, da autoria de Thomas Hobbes (1588-1679), segundo o qual a humanidade, por natureza, estaria em guerra contínua "de todos contra todos", sendo o poder o desejo mais forte e insaciável do homem. Esta doutrina, lembra Allport, reaparece nos tempos e termos modernos em Max Stirner, Nietzsche, Felix Le Dantec, Alfred Adler, Karen Horney e outros autores. Variam as aplicações e soluções, embora seja semelhante a conotação motivacional do anseio e apego pelo poder. Para Hobbes, tanto maior era o desejo do poder no homem porque favorecia e decidia o desejo do prazer, sendo possível o convívio humano só através de um poder central controlador que a imagem do gigante Leviatã representa. Os estudos sobre o controle social de Skinner (1967; 1971), de Sá (1979) e de Schneider (1978) demonstram que, de fato, a história da humanidade confirma a tendência à hipertrofia do poder do Estado para a tentativa de solução dos pequenos e grandes conflitos humanos. Mas a história e os estudos sistemáticos os mais diversos também assinalam uma tendência crescente ao altruísmo, gregarismo e liberalismo nos planos micro, meso e macrossocial. Grandes autores são evocados por Allport como expoentes desta orientação, tais como Kropotkin, Suttie, Ashley-Montagu, Sorokin, A. Comte, que formulara uma lei da evolução afetiva, Adam Smith (simpatia) e os psicólogos sociais contemporâneos que tanto vêm pesquisando as motivações de afiliação, amizade, afeição. Relevando a importância da simpatia, são citados também Theodore Ribot, que a considerava o fundamento da existência social, e Max Scheler, que distinguiu variedades e níveis diversos de simpatia. Lembra, ainda, Allport, na mesma corrente da simpatia, o movimento de relações humanas no trabalho, da dinâmica de grupo e da psicoterapia, cabendo acrescentar-se os grupos de encontro e a valorização das leis de assistência social, dos direitos civis e dos direitos humanos.

A imitação como teoria psicossocial é enfatizada por Allport ao referir-se a Walter Bagehot, que já falava no modelo que se impunha e era seguido, por indivíduos ou nações e a Gabriel Tarde ("sociedade é imitação"), repercutindo na obra de J. M. Baldwin, G. H. Mead e outros psicólogos e sociólogos mais recentes. A imitação é reformulada mas mantida nos conceitos de "identificação" de Freud, de "modelação" de Bandura e simplesmente mantida e investigada experimentalmente como aprendizagem social e imitação por Miller e Dollard. Sugestão e hipnose procederam de fontes médicas com Mesmer e posterior-

mente, com mais cientificidade, com Charcot, e Liebeault e Bernheim. Na psicologia social experimental comparece brilhantemente com os estudos sobre persuasão e propaganda renovados e revalorizados pelas pesquisas de Hovland e Janis, seguidos por muitos outros, diante do grande interesse em torno do assunto. A força da sugestão foi particular e especialmente destacada na obra de G. Le Bon sobre a psicologia das multidões e de S. Sighele sobre a multidão criminosa guiada por sugestionadores criminosos. Hoje, o controle do comportamento de massas e pequenas ou grandes multidões foi sofisticado e tornado mais eficiente com cartazes e toda a tecnologia atual da comunicação e persuasão. Observa Allport certa convergência da noção de psicologia da multidão com a da psicologia coletiva, dos povos, a mente de grupo ou o espírito de grupo, expressões substituídas por termos sem conotações "reificantes", como instituição social, cultura e nação, concluindo: "O problema do grupo e o indivíduo, de um e dos muitos, continua conosco. E as soluções do passado, freqüentemente apenas ligeiramente disfarçadas, podem ser encontradas na teorização corrente" (Allport, 1968, p. 43). Por outro lado, a fundamentação emergentista e empírica da "representação coletiva" apresentada com cerrada argumentação, por Émile Durkheim, continua a ser hoje advogada por muitos estudiosos das ciências sociais. No lugar da posição básica do instinto na gênese do comportamento social humano, John Dewey propôs o "hábito" como a chave da psicologia social, em 1922, na sua obra cujo título era *Natureza humana e conduta* e o subtítulo uma introdução à psicologia social. Ao que parece, Dewey antecipava-se às correntes atuais da aprendizagem social, supomos nós.

O grande tema que dominou a psicologia social na década de 20 foi, porém, o da atitude que continua a merecer hoje grande atenção, um claro reconhecimento histórico de sua importância. Este ponto de vista é sustentado por Allport, que estudou a matéria, admitindo, contudo, que não restringe a importância de outros temas atuais da psicologia social desenvolvidos pela abordagem experimental. Adverte, porém, contra o limitado poder generalizante de muitos corretos e exatos experimentos elegantes que, por vezes, mal esclarecem polidas trivialidades. "Como toda ciência comportamental, a psicologia social apóia-se basicamente sobre amplas metateorias concernentes à natureza do homem e à natureza da sociedade." Conclui, assim, seu estudo, afirmando que o interesse na teoria ampla poderá retornar e os investigadores familiarizados com a história da psicologia social poderão encontrar terreno seguro, habilitando-se a distinguir o significante do trivial e a tomar seletivamente do passado o necessário para "criar uma ciência cumulativa e coerente do futuro" (Allport, 1968, p. 69).

Conforme a revisão da literatura psicossocial recente (Schneider, 1978), o estudo de R. Rosnow (1978) sobre Vico e a obra de W. S. Sahakian (1974), o pensamento e comportamento humano sociais, registrados do passado e do presente, estão sendo crescentemente estudados à luz do que ensinam, da análise psicológica e da comparação das semelhanças e diferenças, continuidades e mudanças, progressos e retrocessos do comportamento coletivo e individual. Necessidade humana e de sua civilização.

Abstract

Following the lessons of the history of science, pioneer psychologists tried to do pure science before any attempt of practical applications. But, according to N.

Sanford's appeal, psychologists must help and serve people more systematically. Basic research about the source of human gregarism is mentioned and also summarized the psychohistorical studies about origins of modern social psychology written by George Heuse, McDavid and Harari, Zajonc and Gordon Allport.

Referências bibliográficas

Allport, Gordon W. The historical background of modern social psychology. In: Lindzey, Gardner & Aronson, Elliot. *The handbook of social psychology*. 2. ed. Reading, Mass., Addison-Wesley, 1968.
Aronson, Elliot. *O animal social*. São Paulo, Ibrasa, 1979.
Boring, Edwin. *A history of experimental psychology*. 2. ed. New York, Appleton-Century, 1957.
Eibl-Eibesfeldt, Irenaus. *Amor e ódio*. Lisboa, Bertrand, 1970.
Freud, S. *Group psychology and the analysis of the ego*. New York, Bantam, 1965.
Hess, E. Ethology and developmental psychology. In: Mussen, Paul, ed. *Carmichael's manual of child psychology*. New York, Wiley, 1970.
Heuse, George A. *Élements de psychologie sociale générale*. Paris, J. Vrin, 1954.
Humprey, George & Argyle, Michael. *Social psychology through experiment*. London, Methuen, 1962.
Lorenz, Konrad. *A agressão;* uma história natural do mal. Santos, Martins Fontes, 1973.
McDavid, John E. & Harari, Herbert. *Social psychology;* individuals, groups, societies. New York, Harper & Row, 1968.
Montagu, Ashley. *The biosocial nature of man*. New York, Grove Press, 1956.
——— et alii. *Hombre* y *agresión*. Barcelona, Kairós, 1968.
——— et alii. *A natureza da agressividade humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
Morin, Edgar. *O enigma do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
Moscovici, Serge. *Sociedade contra natureza*. Petrópolis, Vozes, 1975.
Rosnow, Ralph. The prophetic vision of Giambattista Vico: implications for the state of social psychological theory. *Journal of Personality and Social Psychology,* American Psychological Association, 36(11), Nov. 1978.
Sá, Celso Pereira de. *Psicologia do controle social*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.
Sahakian, W. S. *Systematic social psychology*. New York, Chandler, 1974.
Sanford, Nevitt. Will psychologists study human problems? *American Psychologist,* American Psychological Association, *20*:192-202, 1965.
Schachter, Stanley. *Psicología de la afiliación*. Buenos Aires, Paidós, 1966.
Schneider, Eliezer. *Psicologia social — cultural, histórica, política*. Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1978*a*.
———. Tendências atuais da psicologia social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada,* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, *30*(4), out./dez. 1978*b*.
Skinner, B. F. *Ciência e comportamento humano*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1967.
———. *Beyond freedom and dignity*. New York, Alfred A. Knopf, 1971.
Staats, Arthur & Staats, Carolyn K. *Comportamento humano complexo*. São Paulo, EPU/Edusp, 1973.
Suttie, Ian. *The origins of love and hate*. London, Penguin, 1960.
Zajonc, Robert. *Psicologia social*. São Paulo, Herder, 1969.